



Do sofrimento individual à luta coletiva: as narrativas de engajamento de mães em movimentos sociais

From Individual Suffering to Collective Struggle: Narratives of Engagement of Mothers in Social Movements

Etyelle Pinheiro de Araújo

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil

etyelle.araujo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4981-5027>

Resumo: O estado do Rio de Janeiro soma o maior número de civis mortos (negros, em sua maioria) durante incursões policiais nas favelas. Contra essa violência e em busca de justiça, os familiares das vítimas têm se engajado em movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Este artigo estuda o que chamo de narrativas de engajamento veiculadas nas manifestações por esses familiares, especialmente as mães, objetivando compreender a importância da narrativa para a transformação do luto dessas mulheres em ação política. A metodologia engloba a perspectiva qualitativa-interpretativista de pesquisa, com observação participante. Os dados foram gerados nas manifestações organizadas pela Rede. A análise foi orientada pela compreensão da narrativa como prática discursivo-interacional que organiza a experiência humana e sugere a existência de uma espécie de “padrão” que organiza as narrativas de engajamento dos participantes da Rede. A análise ainda identifica dois mecanismos discursivos entrelaçados: i) a racionalização dos eventos que levaram à morte do filho por meio de sistemas de coerência; ii) um movimento espiral que relaciona os eventos de ordem micro e macro na narrativa. O artigo finaliza destacando as narrativas de engajamento enquanto ferramenta desse movimento social para reivindicar suas demandas na esfera pública e resistir ao racismo estrutural.

Palavras-chave: narrativa; movimentos sociais, violência policial.

Abstract: Rio de Janeiro is the state with the highest number of homicides due to police brutality (largely Black people). Faced with this situation and seeking justice, the victims' mothers engage in social movements such as the *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*. This paper focuses on what I will refer to as the narratives of engagement of these family members, especially mothers. It aims to understand how important narratives are for these women in the process of transforming grief into political action. The methodology encompasses a qualitative-interpretative research approach with participant observation. The data was generated in the protests organized by the *Rede*. The analysis was guided by the notion of narrative as a discursive and interactional practice which organizes human experience. Such practice also serves as a tool for social movements to make demands of the state. The analysis suggests the existence of a pattern that organizes the narratives of engagement; it further identifies two discursive mechanisms that interact with each other: i) the rationalization of events leading to the death of their children by using coherence systems; ii) a spiral movement that relates microsocial and macrosocial events in the narrative. The article concludes by highlighting narratives of engagement as a tool for this social movement to raise its demands in the public sphere, as well as a way of resisting structural racism.

Keywords: narrative; social movements; police violence.

Recebido em 17 de junho de 2022

Aceito em 24 de agosto de 2022

1 Introdução

Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de Manguinhos. Eu sou a mãe de Johnatha de Oliveira Lima. (...) O meu filho, ele foi assassinado aos dezenove anos de idade com um tiro nas costas, totalmente indefeso e é por isso que eu tô aqui hoje. (Ana Paula, Rio de Janeiro – Abril, 2017).

O fragmento com que abro esta introdução é um trecho do discurso de Ana Paula. Ela é uma das fundadoras do movimento social Mães de Manguinhos¹ e apoiadora da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (doravante, Rede), movimentos da cidade do Rio de Janeiro, que lutam contra os excessos cometidos por policiais nas favelas. Ana

¹ Este movimento tem atuação semelhante à Rede. Para conhecer um pouco mais sobre, acesse a página: ><https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/><

Paula contou esta narrativa durante um protesto promovido pela Rede em frente ao Ministério Público da cidade do Rio.

Mães protestando em praça pública contra ações do governo não constituem, necessariamente, eventos inéditos na história da América Latina – *Las Madres de Mayo*, da Argentina, são, possivelmente, o movimento mais célebre de que temos registro. Tampouco é tratado como extraordinário, pela sociedade em geral, o alto número de jovens negros mortos durante operações policiais nas favelas brasileiras. Nos últimos anos, os números vêm aumentando, por exemplo, em 2019, foram 1.814 mortes no estado do Rio de Janeiro, sendo a população negra, 70% desse número². O que torna singular a ação de mulheres como Ana Paula é como fazem uso de repertórios como a narrativa para lutar por justiça. No ato coletivo de narrar, elas sublinham a recorrência de violações dos Direitos Humanos por parte dos policiais e a falta de investigação apropriada, o que traz à tona a lógica de atuação do sistema como um todo. Para além dos efeitos discursivos que a manifestação dessas mulheres produz, o próprio engajamento delas com um ativismo sustentado (TARROW, 2009) é outro evento extraordinário. A forma como narram, como contam as suas histórias como se fossem a dos seus pares e a maneira como produzem explicações de ordem macrossocial para suas dores pessoais são outros elementos que podem ser destacados. Ana Paula fala por si e fala em nome do grupo.

Este artigo é fragmento de uma pesquisa mais ampla, disponível em Araújo (2021b). Trata-se de uma reflexão que conta com uma análise qualitativa-interpretativa, empreendida em perspectiva micro, conduzida pelos estudos que consideram o discurso narrativo como forma de construção da vida social e instrumento dos movimentos sociais para reivindicar suas demandas (DE FINA, 2020; ARAÚJO; BIAR; BASTOS, 2020; ARAÚJO, 2021b). E tem como objetivo investigar a importância da narrativa para a elaboração do luto e da luta de mães como Ana Paula. De maneira mais específica, a análise se propõe a compreender como

² No ano de 2020, 1.245 pessoas foram mortas pela polícia no estado do Rio de Janeiro, segundo os dados do Instituto de Segurança Pública. Vale ressaltar que essas mortes se deram no contexto da pandemia da Covid19. Durante este ano, o Superior Tribunal Federal proibiu incursões policiais sem devidas justificativas ao Ministério Público (como uma medida para conter o avanço da pandemia). Mesmo assim, o índice de mortos não diminuiu tanto – ainda é superior ao de 2017 – ver: ><http://www.isp.rj.gov.br/><

são constituídas as narrativas dos familiares engajados em movimentos sociais que lutam por justiça e quais mecanismos discursivos são elaborados no processo de transformação do luto em ação política. O *corpus* de dados foi gerado por meio de uma etnografia realizada em manifestações e eventos organizados pela Rede e abrange gravações dos discursos de mães nessas ocasiões. Vale ressaltar que este estudo se desenvolve via observação participante, tendo em vista que sou militante no movimento pesquisado³.

Com base no aporte teórico metodológico da análise de narrativa (BASTOS; BIAR, 2015; BIAR; ORTON; BASTOS, 2021; ORTON, 2021), o presente estudo focaliza a organização das histórias, chamadas aqui de **narrativas de engajamento**. Emprega elementos da teoria laboviana, em interface com as pesquisas que contemplam os aspectos socioculturais e interacionais que fundamentam a prática discursiva, como as de Linde (1993), Bruner (1997) e De Fina (2003). A análise ainda observa os mecanismos discursivos mobilizados pelos familiares na elaboração de suas histórias; e se debruça sobre os sistemas de coerência acionados junto ao contexto macrosocial nas narrativas, isto é, sobre o modo como as relações de sequencialidade e causalidade construídas nessas histórias relacionam-se a outros discursos culturalmente consagrados.

2 A escalada da violência no Rio de Janeiro – o contexto macro

O contexto que envolve a luta das mães de vítimas da brutalidade policial não faz referência apenas aos eventos mais imediatos que levaram à morte de seus filhos. A violência policial contra a população negra é uma questão atravessada pelo racismo estrutural e estruturante que faz parte das relações sociais brasileiras (ALMEIDA, 2019). Reflexo disso são os dados de letalidade policial da América Latina, o Brasil figura dentre os países com um dos maiores índices em suas operações. Os estados que registram os números mais altos são, respectivamente, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia⁴. Iniciei o presente artigo exemplificando

³ Participo da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência como apoiadora. Além da Rede, faço parte de um coletivo de mídia alternativa chamado Coletivo Projetação, que dispõe de equipamentos de mídia como caixas de som, laptop, projetor e microfones. Faço uso destes equipamentos para colaborar com os protestos e atividades desenvolvidas por movimentos sociais como a Rede.

⁴ Ver: <http://dapp.fgv.br/analise-aponta-relacao-entre-numeros-de-letalidade-e-de-vitimizacao-policial-no-pais>

os números – a quantidade de mortos pela polícia em 2019 no estado do Rio de Janeiro. São mortes classificadas como homicídio decorrente de intervenção policial, outrora classificadas como “auto de resistência”. Trata-se de um tipo de classificação prevista no Código Penal Brasileiro, que significa que o policial, ou outro agente do Estado, efetuou um disparo no exercício de sua função, alegando legítima defesa, e a vítima veio a óbito. Em termos legais, sociais e políticos essa classificação significa uma série de diligências específicas a serem seguidas e outras mais a serem excluídas do processo, bem como um estigma estampado na certidão de óbito: morreu pelas mãos da polícia, o que, vulgarmente, significa “era bandido” – uma vez que, teoricamente, um “cidadão de bem” não será uma vítima de um disparo efetuado por um policial. Das diligências legais tomadas em mortes desse tipo, consta a abertura de um inquérito policial que há de apurar as condições em que o policial fez uso de sua arma e quem era a vítima. Os resultados apontarão os próximos passos, um possível processo judicial ou, o mais comum, o arquivamento.

Apesar da legalidade do homicídio decorrente de intervenção policial, esta prática vem sendo questionada por vários motivos, pois em muitos desses casos há pouco (ou nenhum) indício da necessidade de o policial ter efetuado disparos em legítima defesa.⁵ Uma pesquisa do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada entre 2001 e 2011 e coordenada pelo sociólogo Michel Misse (2011), analisou como são realizados os procedimentos de apuração e o julgamento de casos chamados de “autos de resistência”, na cidade do Rio de Janeiro⁶. A pesquisa indicou diversos problemas que envolvem os procedimentos relativos aos “autos de resistência”. Exemplifico alguns deles: 1) em

> <https://www.futura.org.br/brasil-tem-uma-das-policias-mais-letais-da-america-latina/>

⁵ Em 2015, foi instaurada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) dos Autos de Resistência para investigar os casos de mortes decorrentes de ações policiais no Estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015. Os trabalhos de relatoria foram concluídos em 2016. Após aprovação do relatório final, vários policiais militares foram indiciados por homicídio doloso porque as investigações apontaram erros na caracterização dessas mortes como legítima defesa do policial.

⁶ A pesquisa de Misse (2011) ainda apontou o índice de arquivamento dos casos de “auto de resistência” – uma taxa de 99,2%. Exemplificando, dos 510 casos de “auto de resistência” registrados em 2005, no Rio de Janeiro, 355 deles se tornaram inquéritos; e até o ano de 2007, apenas 19 desses inquéritos chegaram ao Tribunal de Justiça para julgamento dos acusados. Dos que chegaram ao judiciário, o Ministério Público entrou com pedido de arquivamento de 16 entraram processos, 2 aguardavam julgamento e 1 resultou em condenação (MISSE, 2011).

função de os comunicantes da ocorrência serem os próprios policiais militares responsáveis pela autoria do homicídio ou aqueles presentes na operação, o Inquérito Policial já é aberto com uma versão dos fatos que supostamente esclarece as circunstâncias da morte e implica que o policial agiu em legítima defesa; 2) a maioria desses Inquéritos é arquivada sem uma investigação mais profunda, por conta de uma série de questões, tais como: falta de verba, ausência de outras testemunhas, perícia ineficiente, isto é, sem exames específicos ou até mesmo nem realizada, etc; 3) morosidade das investigações, seja por conta das burocracias envolvidas nos trâmites do Inquérito, seja pelo montante de casos a serem investigados ou, ainda, pela falta de priorização por parte dos investigadores, dentre outros.

A pesquisa de Misse (2011) ainda ressalta que, no curso do Inquérito Policial, os investigadores buscam apurar se a vítima possuía antecedentes criminais. Em caso afirmativo, a classificação da vítima como uma pessoa criminosa colabora com a legitimação da versão policial – de que a vítima estaria envolvida em confronto com a polícia, resultando assim, em sua morte. Portanto, segundo o autor, a caracterização moral da vítima interfere na maneira como são conduzidas as investigações e na possibilidade de denúncia dos policiais.

Esse cenário – a quantidade de homicídio decorrente de intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro e a dificuldade para a sua investigação – envolve questões que precisam ser observadas, tomando como base as seguintes informações: quem é a vítima? qual a sua renda? onde mora? Sabe-se que é, na maioria, a população negra, pobre, moradora de favelas. Isso indica, segundo as conclusões de Misse, que “a precariedade dos instrumentos de fiscalização do trabalho policial foi e ainda é central na consolidação de um *modus operandi* violento e arbitrário fundado numa lógica discriminatória” (MISSE, 2011, p. 128). Acrescenta-se a isso a cumplicidade do sistema de justiça criminal que, muitas vezes, legitima a morte de civis ao absolver policiais que cometeram crimes.

Contra esse cenário, a atuação de movimentos sociais e de familiares das vítimas se faz vital, pois, na maioria dos casos, são eles os responsáveis por pressionar o Ministério Público e as Delegacias para que a investigação prossiga, apesar das dificuldades listadas por Misse (2011). Tendo em vista as conclusões do autor, de que a caracterização da vítima interfere na condução e desfecho da investigação, os familiares de vítimas que não eram envolvidas com ações criminosas precisam lutar para provar a inocência do morto, o que envolve confrontar a versão policial que consta no Registro de Ocorrência. Carteiras de Trabalho

assinadas e Boletins Escolares são os documentos mais usados pelos familiares para atestar a idoneidade de seus parentes.

3 A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência – solidariedade e engajamento

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência surgiu em 2004 no Rio de Janeiro, a partir da articulação do movimento “*Posso me identificar*”⁷, criado por moradores de algumas favelas do Rio, após a Chacina do Borel, em 2003, quando quatro pessoas foram mortas e duas ficaram feridas devido a uma operação policial no Morro do Borel, localizado na Zona Norte da cidade⁸. A Rede é formada por diversos grupos de militantes apoiadores e de moradores de favelas como Acari, Borel e Caju, mas sua atuação é protagonizada pelos familiares das vítimas da violência do Estado. É um movimento social que presta apoio jurídico e emocional aos familiares, majoritariamente, as mães de jovens negros, vítimas da violência policial. Além desse apoio, também promove manifestações para denunciar os casos de violência policial e cobrar maior eficiência e responsabilidade das autoridades na apuração desses casos (FARIAS, 2020).

A Rede pode ser compreendida enquanto uma articulação em rede entre as mães de vítimas da violência policial e ativistas de diversos movimentos sociais, que conta com uma estratégia de ação coletiva, solidária e cooperativa, tal qual os movimentos em redes estudados por SchererWarren (1999). Em termos de sua atuação, compreendo que o apoio de diversos militantes é vital para a manutenção de um ativismo coletivo sustentado ao longo dos anos. Por exemplo, é comum que familiares que já tiveram seus casos arquivados ou com alguma resolução permaneçam na luta, não somente em solidariedade aos outros, mas também para exigir mudanças estruturais nas forças policiais. Isso indicia um tipo de letramento crítico que se dá no interior dos movimentos

⁷ O nome do grupo faz alusão à caracterização das vítimas da violência nessa chacina e em outros momentos: eram trabalhadores que, segundo a versão dos policiais, foram confundidos com criminosos. No entanto, nem tiveram a chance de se identificar quando foram abordados pelos policiais e acabaram mortos.

⁸ Para saber mais sobre o caso e o julgamento dos policiais, acesse: <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/11/26/em-novo-juri-policiais-envolvidos-na-chacina-do-borel-rj-sao-absolvidos>

sociais, pessoas ordinárias, como os participantes da Rede, se tornam sujeitos coletivos e políticos que lutam por transformações sociais (TOURAINÉ, 2007). De modo a luta de uma mãe pela resolução do caso de assassinato de seu filho, se torna coletiva e se manifesta na exigência de profundas transformações no sistema, para que não se repitam violências como as sofridas por seu filho.

O letramento crítico via movimentos sociais é um processo que envolve a criação de novos quadros interpretativos para o que acontece na sociedade. Isso significa que à medida em que indivíduos começam a participar de mobilizações, é possível que modifiquem suas ideias acerca de muitas questões sociais, pois os movimentos sociais são capazes de construir a “consciência do direito a ter direitos” (expressão de Lefort *apud* Telles, 1994). Assim, é possível afirmar que o surgimento de movimentos sociais que trazem novas pautas para a esfera pública cumpre função pedagógica cívica, já que esses movimentos ensinam indivíduos tanto a ficarem mais atentos aos seus direitos e a lutarem por eles (PAIVA, 2013), como também incentivam a atitude coletiva – seja dentro os pares do movimento social ou em diálogo com outros movimentos.

O engajamento dos familiares na Rede ou movimentos similares pode ser compreendido a partir do que o sociólogo J. M. Jasper (1997) chama de *choque moral*, uma inclinação para a ação política decorrente de um sentimento de indignação disparado por eventos inesperados. Trata-se de uma resposta das pessoas a situações específicas que envolvem violência ou desonestidade. Mas essa resposta pode variar muito. Enquanto alguns indivíduos resignam-se às mudanças que consideram desagradáveis, visto que nem sempre as autoridades cedem aos protestos dos cidadãos, outros canalizam seus medos e raiva em indignação, se engajando em atividades políticas individuais ou coletivas. Dentre as emoções que podem se desenvolver em maior ou menor grau em indivíduos que recentemente sofreram algum choque moral, Jasper (1997) sublinha variadas emoções e seus possíveis efeitos para o engajamento em movimentos sociais, como afeto, compaixão, medo, indignação, luto, ódio, ultraje, dentre outros. São emoções que atuam diferentemente, de acordo com os diversos graus de engajamento e que desempenham papéis na permanência dos indivíduos em movimentos sociais. No caso das mães de vítimas da violência policial, destaco o luto, a raiva e a indignação enquanto emoções dotadas de uma dimensão micropolítica de grande importância no desencadeamento da ação social (ABU-

LUGHOD; LUTZ, 1990). Pois, ao mesmo tempo em que expressam uma dor de ordem individual, essas mulheres produzem denúncias contra questões de ordem macrossocial como o racismo sistêmico.

Outro importante catalizador para a ação social é a esperança. Crapanzano (2013) destaca como em situações de extremo sofrimento a esperança leva à participação em mobilizações. Com base nisso, compreendo que é no ato de narrar que a esperança é construída. Assim, as histórias das mães tornam-se narrativas de resistência, que projetam a esperança (na busca por justiça) como um recurso para a manutenção do ativismo.

4 Aspectos metodológicos

Como disse na introdução, este trabalho está alinhado à metodologia qualitativa interpretativista de pesquisa, com observação participante. O *corpus* analisado advém do trabalho de etnografia realizado entre os anos 2017-2020⁹, que conta com gravações em áudio e vídeo das manifestações promovidas por movimentos sociais organizados por mães de vítimas da violência policial, como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a violência.

Levando em consideração uma série de fatores, especialmente, o desejo dos familiares e a natureza pública dos dados com os quais trabalho, mantive o nome dos participantes. Entendo que esta escolha se encontra no centro de embates sobre a ética nas pesquisas na área de Ciências Humanas e suas fragilidades. Exemplificando um pouco mais, uma diretriz ética comum é o anonimato que, embora seja um recurso primordial que visa garantir a segurança dos voluntários de determinadas pesquisas, em alguns estudos o contexto pode dar indícios de quem são os participantes, tornando a anonimização pouco efetiva (SUGIURA *et al*, 2017). Investigações com dados gerados em ambiente virtual, enfrentam esse tipo de problema. Temos também os estudos que envolvem um falecido. Em casos assim, manter o nome real dos participantes pode colaborar com o processo do luto e com a manutenção da memória do falecido (SIMONS; PIPER, 2015)¹⁰. A minha decisão foi pautada por

⁹ Período de desenvolvimento da pesquisa de doutorado – ver Araújo (2021b).

¹⁰ Vale ressaltar que a pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovada pelo Comitê de ética da PUC-Rio e contou com um TCLE que explicava as questões relativas à pesquisa

uma conduta ética marcada por muita reflexão junto aos participantes da pesquisa. Acredito que a manutenção dos nomes colabora com ampliação da visibilidade da luta das mães, além de trazer à tona a maneira como o racismo estrutural participa do contexto das mortes nas favelas e dos desfechos dessa situação na esfera judiciária.

Neste artigo, analiso trechos narrativos do discurso de três mães: Ana Paula, mãe de Johnatha de Oliveira; Janaina, mãe de Jhonata Dalber; e Fátima Pinho, mãe de Paulo Roberto.

5 As narrativas de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

Nos protestos públicos realizados nas ruas do Rio de Janeiro, as mães das vítimas de violência policial pegam o microfone e narram suas histórias de modo razoavelmente uniforme, isto é, suas histórias possuem características semelhantes entre si, como a abertura e a ordem como os eventos são apresentados. A maneira singular como essas histórias são organizadas tem relação com o fato de que contar histórias é uma prática discursiva (FAIRCLOUGH, 1989), que segue determinadas regras sociais/culturais que desenham que tipos de histórias merecem ser narradas, como devem ser construídas, por quem e para quem devem ser contadas. Essas questões configuram-se em importantes objetos de análise para a compreensão daquilo que acontece na vida social. Como prática discursiva, a narrativa também cria regras, entendimentos e papéis sociais, pois ela é elaborada de acordo com significados socialmente compartilhados (DE FINA, 2003). Nesse sentido, a narrativa pode gerar novos entendimentos e comportamentos; por exemplo, pode reforçar determinadas práticas sociais e/ou colaborar para a resistência e desestabilização de certos discursos já cristalizados na sociedade.

De forma mais específica, defino a narrativa neste artigo como forma de organização da experiência humana, isto é, como modos de construir ligações entre o excepcional e o comum (BRUNER, 1997; BASTOS, 2005). Essa definição destaca a importância do formato da narrativa, pois indica que elaborar uma história é uma maneira de traduzir aquilo que um indivíduo sabe ou vivenciou em algo contável, em algo que pode produzir muitos efeitos de sentido na sociedade. Entretanto, em se tratando de vivências dolorosas, como a perda de um

e permitia aos participantes optar pelo uso real de seus nomes ou por omiti-los.

filho, nomear esse tipo experiência pode não ser uma tarefa simples, especialmente, quando a morte se dá de maneira violenta. Nesse sentido, a participação em movimentos sociais pode ser um facilitador para a organização de eventos que envolvem traumas, além de se configurar como uma possibilidade de compartilhar experiências e praticar/receber solidariedade (RIESSMAN, 1993). Aqui reside a importância de movimentos como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência para a organização narrativa da experiência de perder um filho e para a construção da luta por justiça.

Para além de colaborar com o processo de elaboração do luto, a narrativa, no âmbito de movimentos sociais como a Rede, tem outra função: é também uma ferramenta dos movimentos para acionar demandas coletivas na esfera pública (DE FINA; 2020; ARAÚJO; BIAR; BASTOS, 2020; ARAÚJO, 2021b). Portanto, mais do que organizar a experiência individual dos familiares participantes da Rede e de outras mobilizações assim, a narrativa se traduz na maneira como esses indivíduos lutam por justiça.

O estudo do discurso narrativo em perspectiva estrutural teve início com William Labov (1972), para quem a narrativa é um método de recapitulação de experiências passadas e conta com uma sequência temporal de orações que descrevem eventos contáveis, isto é, situações que o narrador julga relevante que os outros saibam. Segundo Labov (1972), uma narrativa canônica conta com os seguintes elementos: (i) o *sumário*, um pequeno resumo da história; (ii) a *orientação*, que serve para situar a história, identificar o tempo, o espaço e quem são os participantes dos eventos narrados; (iii) a *ação complicadora*, isto é, um conjunto de orações narrativas que descrevem a sequência temporal dos fatos, com verbos no passado; (iv) a *avaliação*, que destaca o ponto da narrativa, isto é, o motivo de a história ter sido contada; (v) a *resolução*, etapa de finalização da série de eventos da ação complicadora e (vi) a *coda*, utilizada pelo narrador para trazer a conversa de volta para o tempo presente. Embora esse modelo tenha sido criticado por conceber a narrativa como um texto autônomo, organizado em uma sequência de unidades sintáticas que recapitulam o que (infere-se) de fato aconteceu (conforme discutem Linde, 1993; Mishler, 2002; Bastos, 2005), alguns de seus elementos, quando utilizados em interface com outras teorias, enriquecem a análise da narrativa, colaborando com a identificação de importantes elementos discursivos. Sendo assim, faço uso das seguintes categorias analíticas como uma metalinguagem: *orientação*, *ação complicadora* e *avaliação*, junto a teorias que contemplam os aspectos da narrativa referentes aos valores socioculturais e interacionais que

fundamentam a prática discursiva (BASTOS, 2005; LINDE, 1993; RIESSAMN, 1993; DE FINA, 2003).

Outro importante entendimento para o estudo aqui proposto é o conceito de *histórias de vida* de Charlotte Linde (1993). O conceito compreende um conjunto de histórias, relatadas ao longo da vida do indivíduo por meio de um processo no qual os acontecimentos da vida são costurados até que se tornem coerentes, construindo e reconstruindo suas identidades. Esta coerência é construída a partir de dois princípios: a continuidade e a causalidade – prática social, segundo a qual os indivíduos estabelecem que certos eventos da vida foram motivados por uma determinada causa. A causalidade ainda precisa ser gerenciada de modo a ser considerada coerente e aceitável pelos interlocutores. Sendo assim, quando os indivíduos contam suas histórias de vida, buscam elaborar uma causalidade adequada para a sequência de eventos que fazem parte da vida do narrador. Isso tem relação com a necessidade dos indivíduos de construir uma boa imagem diante dos outros. No caso de narrativas elaboradas pelas mães nas manifestações, a criação de uma causalidade aceitável vai de encontro à caracterização moral da vítima de violência policial. Enquanto segmentos da sociedade operam com uma relação de causalidade baseada em representações identitárias estereotipadas, tais como: “bandido bom é bandido morto” ou “se morreu era porque estava fazendo algo de errado”, ou ainda com base na fatalidade, “estava no lugar errado, na hora errada”; os parentes dessas vítimas operam com uma relação de causalidade que faz referência aos eventos que fazem parte não apenas do contexto micro de assassinato, mas também de questões de ordem macro da sociedade, como a atuação das instituições de segurança pública e do sistema judiciário e a maneira como as relações raciais são construídas no Brasil.

Chamo de **narrativas de engajamento** as histórias contadas pelas mães nos protestos realizados pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, uma vez que são dotadas de características singulares: são histórias que circulam entre questões de ordem individual e pessoal (como o sofrimento de perder um filho) e questões de ordem coletiva e pública (como a luta por justiça junto a um movimento social e as denúncias contra o racismo). A partir da análise empreendida na minha tese de doutorado, identifiquei os elementos que compõem essas narrativas e que desempenham importante papel na elaboração do luto e da luta. São eles:

- **apresentação inicial:** que segue certo padrão ritualístico, no qual

as mães se apresentam, dizem quem são, onde moram e o nome de seus filhos;

- **contextualização política:** em cada narrativa assume formas diferentes, mas que traz elementos do contexto macrossocial, que, tipicamente, envolve a vida dos moradores das favelas;

- **história particular:** que dá conta dos eventos específicos que levaram à morte do filho;

- **coda avaliativa:** momento em que cada familiar encerra seu discurso produzindo avaliações sobre variadas questões que atravessam a luta por justiça, como o racismo, a necropolítica, as dificuldades atravessadas nas esferas do judiciário, dentre outros.

Com base no aporte teórico-metodológico aqui apresentado, a análise que se segue compreende as narrativas de engajamento enquanto histórias de vida e objetiva entender como a coerência é construída nas histórias, junto a certas relações de causalidades.

6 Narrando o luto e a luta

A análise será dividida em duas partes: na primeira apresento trechos discursivos de duas mães apoiadoras/participantes da Rede – Ana Paula e Janaina. Exemplifico de que maneira a “estrutura” das narrativas de engajamento se faz presente em cada um deles, com o objetivo de observar *de que são constituídas as narrativas dos familiares engajados em movimentos sociais*; na segunda parte me debruço sobre a narrativa de uma terceira mãe – Fátima Pinho, também observo a composição de sua narrativa, e por meio de uma análise mais minuciosa, observo os efeitos de sentido produzidos por seu discurso para compreender *quais mecanismos discursivos são elaborados no processo de transformação do luto em luta*.

Início com a narrativa de Ana Paula, apresentada na introdução deste artigo. Ana Paula é mãe de Johnatha de Oliveira Lima, morto aos 19 anos em Manguinhos. Sua morte é acompanhada por divergências de versões sobre o ocorrido. A polícia alega troca de tiros e envolvimento de Johnatha com atividades criminosas. Os familiares e testemunhas contrariam esta versão; além disso, a suposta arma que ele estaria portando no dia, nunca foi encontrada.

O discurso de Ana Paula é fortemente avaliativo e conta com elevação de voz.¹¹ O ponto da narrativa dessa mãe, o motivo pelo qual

¹¹ A transcrição dos dados segue uma adaptação do modelo de Loder e Jung (2008). Sendo assim, os momentos de elevação de voz foram transcritos com letra maiúscula.

ela conta a sua história da maneira como conta (LABOV, 1972), pode ser dividido em dois: a defesa da inocência de Johnatha e a realização de denúncias contra o sistema judiciário e o racismo estrutural. A seguir, apresento transcrição do restante do discurso que Ana Paula fez na manifestação realizada em frente ao Ministério Público:

(1) Excerto 1.

Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de Manguinhos. eu sou a mãe de Johnatha de Oliveira Lima. para alguns de vocês aqui pode parecer que vocês estão ouvindo a mesma história a todo momento, mas é isso que acontece. nossos filhos foram assassinados por causa desse sistema racista que diz que moradores de favelas, jovens, negros, pobres, moradores de periferias tem que ser assassinados (...). o meu filho, ele foi assassinado aos dezenove anos de idade com um tiro nas costas, totalmente indefeso e é por isso que eu tô aqui hoje. junto com essas mães, com esses pais, com esses familiares sabe por quê? o policial que assassinou o meu filho, X, o nome dele. foi o policial que desgraçou a minha vida, MAS SE HOUVESSE JUSTIÇA de repente hoje o meu filho estaria vivo. porque esse mesmo POLICIAL, já havia sido preso um ano antes, ELE RESPONDE A PROCESSO POR TRIPLO HOMICÍDIO E POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO E NINGUÉM FEZ NADA, A JUSTIÇA NÃO ACONTECEU. É POR ISSO QUE QUE EU TÔ AQUI.

Ana Paula inicia seu momento ao microfone com aquilo que chamo de **apresentação inicial** – momento no qual ela diz quem é, de onde é, e quem é seu filho. Como disse anteriormente, trata-se de uma espécie de ritual seguido por todos os manifestantes. Rituais assim são típicos de contextos institucionais, nos quais é comum moldar a forma de narrar como maneira de reforçar a coesão do grupo. Enquanto recurso discursivo, essa apresentação produz um efeito segundo o qual as narrativas contadas neste contexto podem ser vistas como itens semelhantes de uma *coleção*. O paralelismo que se vê, quando todas as narrativas das outras mães são tomadas juntas, coloca ênfase na repetição das mesmas tragédias e na coletivização da dor dessas mulheres. No entanto, apesar do padrão comum, os elementos que identificam mãe e filho individualmente em cada narrativa contada nas manifestações

Para facilitar o entendimento das orientações, mantive os nomes próprios dos locais, pessoas e siglas com letra maiúscula.

permitem que não haja o apagamento da agência dos familiares – existe uma dimensão individual de cada história, a especificidade de cada narrativa é reforçada.

Na sequência de sua narrativa, Ana Paula se dirige diretamente à audiência (as pessoas que estavam transitando pelo local da manifestação), explicitando o caráter recorrente das histórias narradas por meio de um resumo (em termos labovianos): “Para alguns de vocês aqui, pode parecer que vocês estão ouvindo a mesma história a todo momento, mas é isso que acontece”. Depois, ela apresenta orientações, que funcionam como uma espécie de **contextualização política** em sua narrativa, de modo que ela explicita o cenário mais amplo que participa das mortes nas favelas: “nossos filhos foram assassinados, por causa desse sistema racista que diz que moradores de favelas, jovens, negros, pobres, moradores de periferias tem que ser assassinados”. Finalmente, Ana Paula efetivamente narra a sua **história particular**, explicitando com ações complicadoras o que de fato aconteceu com seu filho: “o meu filho, ele foi assassinado aos dezenove anos de idade com um tiro nas costas, totalmente indefeso e é por isso que eu tô aqui hoje”. Em seguida, Ana Paula lança mão de avaliações que marcam o seu engajamento na luta por justiça ao lado de outros familiares, acompanhada por uma extensa **coda avaliativa**, na qual ela faz denúncias ao sistema judiciário brasileiro, pois “se houvesse justiça”, o policial que matou o seu filho não estaria trabalhando nas ruas e Johnatha “poderia estar vivo”.

Como se vê, essa mãe rende maior tempo narrativo apresentando o contexto macro que envolve a morte de seu filho do que narrando as ações complicadoras que tratam dos eventos mais imediatos que circundam a morte dele.

A relação que Ana Paula estabelece entre o “combate às drogas” e o “assassinato de jovens negros” funciona como o que Thompson (1995) chamou de estratégia de racionalização, um mecanismo de construção simbólica em que relações de poder são representadas a partir de uma cadeia de orações logicamente organizadas. Aqui, por exemplo, os eventos que levaram à morte de Johnatha são apresentados como consequências do racismo estrutural. A relação de causalidade elaborada por Ana Paula pode ser compreendida como uma forma de construir coerência narrativa. Sobre isso, Linde (1993) afirma que as relações sequenciais e de causa e efeito costuradas nas histórias de vida estão vinculadas a sistemas culturais/simbólicos de inteligibilidade, também conhecidos

como “sistemas de coerência”, que dão sentido social ao que aconteceu. Sendo assim, ao relacionar a morte de Johnatha ao “combate às drogas” e ao racismo, Ana Paula parece operar com a teoria da necropolítica¹², que aqui atua como um sistema de coerência que produz explicações sobre a perda de seu filho (MBEMBE, 2018).

Características semelhantes existem na elaboração da experiência na narrativa de Janaina, mãe de Jhonata Dalber, morto aos 16 anos na comunidade do Borel. Essa mãe fez seu discurso em uma manifestação realizada pela Rede, juntamente com outros movimentos sociais, no âmbito do III Encontro de Mães de Vítimas do Estado – ocasião que contou com a presença de mães de diversas partes do país. O discurso de Janaina tem como ponto (LABOV, 1972) afirmar a inocência de seu filho e a defesa dos moradores das favelas. Nele Janaina faz uso de muitas pausas e choro:¹³

(2) Excerto 2.

meu nome é Janaina Matos Alves, sou mãe do Jhonata Dalber. ele foi assassinado no dia trinta de junho de dois mil e dezesseis na comunidade do Borel (.) ele foi até a comunidade,(.) para fazer um favor pra mim,(.) pegar um pacote com um saquinho de pipoca (4s). e lá, ele foi alvejado com um tiro na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s) ((choro)). e hoje eu tô aqui com essas mães, em busca de justiça (4s) e enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver força pra isso eu vou lutar (.), porque nem todo mundo que mora em comunidade é marginal,(.) nem todo mundo que mora em comunidade mora porque quer, (.) é por não ter condições. (.) é por não ter opção, (.) de sair de lá. (2s) e meu filho não morava lá, e mesmo assim meu filho

¹² O conceito de necropolítica trata do controle da mortalidade e se traduz no poder de decidir quem pode viver e quem pode morrer. A discussão de Mbembe (2018) enfatiza os modos como “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar”, e como o poder “apela à exceção, à emergência e à uma noção ficcional do inimigo” para justificar o extermínio de outrem. O autor apresenta uma preocupação “com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 27).

¹³ As pausas de menos um segundo ou menos são marcadas na transição com (.) e as demais são marcadas pela quantidade de segundos (2s). O choro é referenciado com duplo parêntesis.

foi assassinado. eles destruíram a minha família, (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui pra pedir justiça, (2s) só justiça. obrigada a todos.

Janaina segue o mesmo ritual que Ana Paula na abertura de sua narrativa. Ela traz orientações que dão conta de uma **apresentação inicial**, na qual diz quem ela é e quem é seu filho. Na sequência, ela dá informações que funcionam como um sumário, um pequeno resumo (LABOV, 1972) de sua narrativa: “ele foi assassinado no dia trinta de junho de dois mil e dezesseis na comunidade do Borel”. Depois esta mãe já inicia sua **história particular** com ações complicadoras que não apenas explicam o que aconteceu com seu filho, mas também colaboram com o ponto da narrativa: a construção da inocência de Jhonata e, por extensão, uma defesa dos moradores das comunidades em geral. As ações complicadoras que (re)constroem o preciso momento em que Jhonata morreu são elaboradas com longas pausas e choro: “ele foi até a comunidade(.) para fazer um favor pra mim, (.) pegar um pacote com um saquinho de pipoca (4s). e lá, ele foi alvejado com um tiro na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s)”.

Seguindo a narrativa, Janaina elabora uma **contextualização macro** fazendo um movimento espiral que extrapola a sua luta individual para uma luta mais ampla, que engloba os moradores das comunidades “porque nem todo mundo que mora em comunidade é marginal”. Tendo em vista a desigualdade racial e de classe que sustenta os processos necropolíticos nesses espaços, compreendo que ela relaciona a sua luta com uma luta contra o racismo, expresso aqui também em forma de preconceito de classe. Da mesma maneira que Ana Paula, Janaina também transita entre a sua história particular de perda de um filho e um contexto mais amplo, que em sua narrativa pode ser descrito como uma luta contra o discurso hegemônico que circula na sociedade e constrói moradores das comunidades como marginais ou coniventes com ações criminosas. É nesse sentido que as histórias locais contadas no âmbito dos protestos públicos se conectam com histórias mais amplas – o micro e o macro são construídos conjuntamente. Vale ressaltar, que diferente de Ana Paula, Janaina faz o movimento de transição sem dedicar muito espaço ao contexto mais amplo. Sua história particular de perda do filho ocupa um espaço um pouco maior na narrativa.

Janaina encerra sua história com uma sequência temporal de ações complicadoras que reenquadra o cenário familiar: “eles destruíram a minha família, (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui pra pedir

justiça, (2s) só justiça. obrigada a todos”. Entendo essas ações como uma **coda avaliativa**, posto que Janaina finaliza a sua narrativa produzindo avaliações sobre o que aconteceu com ela – avaliações que também caracterizam seus posicionamentos sobre as consequências das ações dos policiais: a destruição de sua família.

É possível perceber que existe grande semelhança na maneira como Ana Paula e Janaina organizam seus discursos. Essa espécie de “estrutura” se faz presente, em maior e menor grau, em todos os discursos dos participantes de movimentos sociais como a Rede analisados na minha tese, por isso, chamados de narrativas de engajamento. Esse tipo de ordenação possui uma característica singular: a organização da experiência individual como parte de uma coletividade. É interessante observar como Ana Paula torna relevante o contexto macro que envolve a morte de seu filho, projetando-o como parte de um sistema que é responsável pela morte dos filhos de seus companheiros participantes de movimentos sociais. Maior espaço é tributado ao contexto macro do que aos eventos relativos à morte de Johnatha em si. Com isso, sua narrativa se desenvolve em espiral, do particular ao geral. O discurso de Ana Paula torna-se mais que um relato, agindo no movimento social do qual ela faz parte como uma denúncia de um crime sistêmico. Já o discurso de Janaina não conta com um tempo narrativo tão grande dedicado ao macrossocial. Todavia, ao extrapolar a sua luta para o contexto do racismo/preconceito de classe, ela faz avaliações que funcionam como defesa dos moradores das comunidades, embora não seja moradora desse local.

Passando para a segunda parte da análise, observo o discurso de Fátima Pinho, mãe de Paulo Roberto. Jovem que foi morto aos 18 anos de idade após sofrer uma abordagem policial violenta. Fátima também é moradora de Manguinhos. Seu discurso foi gravado durante uma manifestação que aconteceu em dezembro de 2016, em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião, os manifestantes prestaram homenagens às vítimas da violência policial, montando uma árvore de Natal no local com as fotos dessas vítimas. Paulo Roberto morreu aos 18 anos, após sofrer uma abordagem policial violenta na favela de Manguinhos, em 2013. O caso de Fátima não se tornou uma denúncia no Ministério Público. No entanto, por meio de sua luta, os policiais

envolvidos foram julgados pela Justiça Militar e condenados a cumprir suas penas em regime semiaberto¹⁴.

O discurso de Fátima Pinho comporta excertos narrativos fortemente avaliativos, nos quais a manifestante critica as práticas do Estado em relação à instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em Manguinhos. Essa mãe narra sua história com fala acelerada, repetições e elevação de voz¹⁵. O ponto mais geral da narrativa é defender a inocência de Paulo Roberto e denunciar os casos de violência policial, como se vê na transcrição do excerto a seguir:

(3) Excerto 3.

Sou Fátima Pinho, sou mãe de Manguinhos, onde constituí minha família. infelizmente, o Estado assassino por causa de pacificação entrou em Manguinhos para destruir vidas. foram vidas que eles destruíram. acabou com as nossas vidas. acabou com a vida dos nossos filhos. infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto. o Paulo Roberto tinha passagem no DEGASE ((inaudível)) leve, mas isso não era motivo para eles tirarem a vida do meu filho. >meu filho não foi levado, meu filho não levou tiro, meu filho não tava trocando TIRO, meu filho não tava correndo de polícia, meu filho não tava vendendo droga, meu filho não tava fazendo nada, não tava roubando, não tava nada<. simplesmente tava na favela, passou pelo beco pra ir dormir e sofreu uma abordagem violenta porque ele tinha questionado a abordagem do irmão e ele foi espancado e sufocado até a morte (.) e eu tive o prazer de chegar perto do meu filho e sentir dois suspiros dele e ele morreu nos meus braços (.) ESSE foi o prazer que eles me deram, de ver o meu filho morrer no meu colo e eu não tenho o meu filho hoje. não vou ver meu filho em casa (.) ((choro contido)), passar mais um Natal sem o meu filho. os irmãos querer ter os irmãos juntos e não ter (.) e não tem. entendeu? (.) todas essas mães queriam ter o seu filho em casa, mas não tem, porque agradeça a eles. eles que foram o problema da favela. não é o tráfico que é problema da favela não ((inaudível)) toda favela tem tráfico. >se mistura com o tráfico quem quer

¹⁴ Ver matéria:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/09/policiais-sao-condenados-por-participacao-em-assassinato-de-jovem-em-manguinhos-rio.ghtml>

¹⁵ A transcrição segue o padrão das narrativas anteriores. Os trechos de fala acelerada são marcados assim > <.

se misturar com o tráfico. meu filho não era traficante, meu filho não era NADA e mesmo que ele fosse, ELES NÃO TINHAM O DIREITO DE FAZER COM ELE O QUE FIZERAM.<

Fátima Pinho inicia a sua narrativa com a **apresentação inicial**, fórmula recorrente usada pelos participantes da Rede, conforme visto nas análises anteriores. Ela se apresenta como uma mãe de Manguinhos, fazendo referência ao movimento criado por ela, Ana Paula e outras mães.

Em seguida, Fátima faz uma contextualização que, em lugar de simplesmente remeter aos eventos que compõem o cenário de sua história particular, aponta para orações narrativas que funcionam como uma orientação macrossocial, uma **contextualização política** dos eventos que virão na sequência de sua narrativa – “(o Estado) entrou em Manguinhos; acabou com as nossas vidas; acabou com a vida dos nossos filhos”; “infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto”. Com isso, a morte de Paulo Roberto é construída com base nessa relação de causalidade (LINDE, 1993), como resultado da “entrada” do Estado na favela.

Nesse excerto narrativo identifico dois movimentos discursivos realizados por Fátima: *i*) a elaboração de uma racionalização dos eventos que levaram à morte de seu filho; *ii*) a transição entre o contexto macro de violência institucional e a experiência individual de perda de um filho. Vemos que ao construir a morte de Paulo Roberto com base em uma relação de causa e consequência da atuação do Estado na “pacificação” das favelas, Fátima racionaliza o contexto macro que circunda a morte de seu filho, que faz referência ao contexto das políticas de segurança pública que visam o alegado “combate às drogas”. São políticas que têm como consequências, a destruição de vidas específicas – as vidas dos moradores de favelas, a vida de seu filho: “ Infelizmente, o Estado assassino por causa de pacificação entrou em Manguinhos”; “Infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto”. Da mesma maneira que Ana Paula, Fátima parece operar com um sistema de coerência que se aproxima da teoria de Mbembe (2018), compreendendo o Estado em sua dimensão dotada de poder para decidir quais vidas merecem ser preservadas. O movimento de racionalização (THOMPSON, 1995) elaborado por Fátima ainda é acompanhado por uma transição entre o contexto macro e micro, qual seja, entre o contexto de violência na favela e a experiência pessoal de perda de um filho. Tal transição constitui uma habilidade que reforça a denúncia das mães diante das instituições responsáveis pela possibilidade de mudança e traz maior visibilidade para esses casos, pois nos protestos

de movimentos sociais como a Rede, as mães apresentam exemplos concretos dos resultados da atuação do Estado nas favelas.

Fátima continua sua narrativa tornando relevante o estigma que acompanha a morte de seu filho, a passagem pelo sistema socioeducativo¹⁶ “o Paulo Roberto tinha passagem no DEGASE ((inaudível)) leve” – seguida por uma avaliação: “mas isso não era motivo para eles tirarem a vida do meu filho”. Se colocarmos esta avaliação em contraste com o discurso do senso comum, já mencionado aqui, de que “bandido bom é bandido morto”, ela pode ser compreendida como uma defesa do Direito Humano mais fundamental, o direito à vida. Fátima adentra, então, a sua **história particular**. Ela é bem breve sobre os detalhes mais específicos de como aconteceu a morte de seu filho. Nesse ponto, Fátima faz uso de fala acelerada, parece conter o choro com embargo de voz, além de elaborar sua narrativa de maneira similar à de uma poesia, com repetições:

Meu filho não foi levado,
meu filho não levou tiro,
meu filho não tava trocando TIRO,
meu filho não tava correndo de polícia,
meu filho não tava vendendo droga,
meu filho não tava fazendo nada,
não tava roubando,
não tava nada

Trata-se de uma maneira de narrar que é carregada de emoções e funciona como aquilo que Tannen (2007) chama de estratégias de envolvimento – recursos paralinguísticos ou prosódicos, como a repetição, que contribuem para a intensificação de determinados eventos na narrativa e/ou para produzir avaliações. Como se vê, essas orações orientam sobre a conduta de Paulo Roberto e destacam a sua inocência diante da brutalidade policial.

Na sequência, a manifestante contextualiza o momento exato em que se deu a morte de seu filho “Simplesmente tava na favela, passou pelo beco pra ir dormir e sofreu uma abordagem violenta”. Seguindo a ausência de agentividade de Paulo Roberto, os eventos mais específicos referentes à sua morte e que dizem respeito às ações da polícia são

¹⁶ Para saber mais sobre a maneira como as mães de vítimas da violência policial gerenciam o estigma que acompanha a morte de seus filhos, ver Araújo (2021a).

narrados na voz passiva – ele “sofreu uma abordagem violenta”; “ele foi espancado e sufocado até a morte”. Compreendo que Fátima sublinha a inocência de seu filho, acentuando a dramaticidade de suas orações e colocando em destaque a sua indignação: seu filho “não tava fazendo nada” e “foi espancado até a morte”. Também compreendo que esta indignação constrói o engajamento dessa mulher na luta por justiça. O recurso da repetição ainda parece ser acionado para refutar todos os possíveis estigmas que podem ser atribuídos à vítima de violência policial que tem um “passado que condena”. Paulo Roberto não trocou tiro, não vendeu droga, em suma, ele “não tava fazendo nada” que pudesse de alguma forma “justificar” a sua morte segundo o discurso do senso comum – “se morreu era porque estava fazendo algo errado”.

Tal qual Janaina, Fátima ainda apresenta as consequências geradas pela morte de Paulo em sua configuração familiar, lançando mão de uma relação de causalidade: “e eu não tenho o meu filho hoje”; “os irmãos querer ter os irmãos juntos e não ter”. Ela extrapola essa consequência para as demais mães presentes no evento “Todas essas mães queriam ter o seu filho em casa, mas não tem, porque agradeça a eles” e atribui a responsabilidade disso ao Estado.

Ela encerra seu discurso retomando a questão da presença dos policiais nas favelas: “Eles que foram o problema da favela. Não é o tráfico que é problema da favela não”. Entendo todo esse fragmento final como uma **coda avaliativa** por meio da qual Fátima retoma elementos da **contextualização política** apresentados no começo de sua narrativa. Dessa vez, ela enfatiza as consequências da presença do Estado na favela, fazendo uso tanto de exemplificações (não tenho meu filho hoje), quanto de produções genéricas (o Estado/a polícia como o problema da favela).

Finalizando, destaco que o ponto da narrativa de Fátima pode ser dividido em dois: construir a inocência de seu filho e caracterizar a arbitrariedade da polícia. Sua narrativa é elaborada com as características que predominam nas **narrativas de engajamento** de movimentos sociais como a Rede. Essa espécie de padrão, já identificado nas análises anteriores, é caracterizado por uma orientação que contextualiza a história com fenômenos de ordem macrossocial e, não somente, com os eventos microssociais mais imediatos. Da mesma maneira que Ana Paula, Fátima Pinho faz uso de um movimento espiral, que conecta os eventos do contexto microssocial – a morte do filho – ao contexto macrossocial – o racismo estrutural e as políticas de segurança pública

que visam “combater as drogas”. Isso tem grande relevância para a análise aqui proposta, uma vez que concebo esse movimento como parte fundamental do dispositivo organizador das narrativas de engajamento dos participantes da Rede (e movimentos sociais similares) e, assim, parte das estratégias discursivas mobilizadas por eles no processo de transformação do luto em ação política. Trata-se de um movimento que vai do contexto microssocial ao macrossocial, construindo o evento narrado em uma esfera micro como parte significativa de um contexto mais amplo, sem perder de vista a coerência da história.

7 Considerações finais

A análise empreendida no presente artigo sugere que as **narrativas de engajamento** elaboradas no âmbito dos protestos e atos/eventos públicos promovidos por movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência se organizam em torno da presença de elementos singulares, de uma espécie de “estrutura” que molda os discursos enunciados pelos familiares participantes desse movimento. Levando em consideração que as narrativas organizam a experiência humana, tornando o excepcional compreensível (BRUNER, 1997), entendo que as mães de vítimas da violência policial ordenam o sofrimento de perder um filho por meio desse tipo de narrativa.

Como vimos, as **narrativas de engajamento** dos participantes de movimentos sociais são constituídas pelos seguintes elementos: **apresentação inicial** – na qual as mães dizem quem são, onde moram e o nome de seus filhos; **contextualização** – que traz situações do contexto macrossocial que envolve a vida de negros moradores das favelas, como casos de racismo, exemplos de políticas de segurança pública, etc.; **história particular** – que apresenta os eventos específicos que levaram à morte do filho; **coda avaliativa** – momento de encerramento do discurso, no qual cada familiar produz avaliações sobre as diversas questões que atravessam a luta por justiça.

Quando essas narrativas são apresentadas em conjunto, elas se configuram como itens de uma coleção que constrói a experiência das mães dentro de uma coletividade. Isso atribui certa uniformidade ao movimento social. Com base na descrição e análise desse “padrão” de narrar, é possível perceber como essas narrativas ao mesmo tempo que tratam de dor e sofrimento, tratam de resistência e ação coletiva. A análise também permite observar que efeitos de sentido são produzidos nos discursos das mães. O ato de narrar uma experiência individual (a

morte de um filho), fazendo uso de orientações que tratam de um cenário mais amplo da sociedade – como o racismo estrutural e as falhas do sistema judiciário – produz dois movimentos discursivos identificados nas análises: 1) a racionalização dos eventos (THOMPSON, 1995) que participam da morte do filho por meio de sistemas de coerência (LINDE, 1993), isto é, de versões simplificadas de teorias mais elaboradas que tratam de questões como racismo e necropolítica (MBEMBE, 2018); 2) o movimento espiral que costura o contexto macrosocial às experiências pessoais de cada membro de movimentos como a Rede.

Se analisarmos o padrão das **narrativas de engajamento** como parte das estratégias dos movimentos sociais (mais especificamente da Rede de Comunidades) na elaboração da luta política, podemos notar que a organização peculiar dessas histórias tem relação com os propósitos desse movimento: “lutar por justiça, memória e verdade”; “lutar contra a impunidade e a violência policial nas favelas” (FARIAS, 2020). Ademais, o movimento espiral/circular também traz à tona o caráter pedagógico dos movimentos sociais, pois os familiares passam a conectar seus problemas individuais com o contexto macro e compreender as engrenagens do sistema a partir de suas experiências individuais com a violência policial. Portanto, por meio desse tipo de narrativa, os familiares destacam problemas sociais de ordem mais ampla que envolvem não apenas suas vivências particulares, mas que também dizem respeito a todas as camadas da sociedade, pois são problemas que tratam de políticas de segurança pública e do direito à vida. A análise aqui empreendida aponta como os processos locais de violência fazem parte da produção macrosocial da desigualdade e do racismo historicamente enraizados no Brasil.

Comparando essas narrativas com outros tipos de discursos de movimentos sociais, é possível perceber de forma mais nítida que papel as histórias exercem nos movimentos sociais. Por exemplo, a análise de De Fina (2020) sobre o movimento dos *Dreamers*¹⁷ nos Estados Unidos pontua como as narrativas foram acionadas como forma de construção/criação de identidades alternativas/positivas sobre imigrantes e outros grupos minoritários. Tais narrativas foram postadas em forma de vídeo no site do movimento *United We Dream*¹⁸. Na visão da autora, em função dos

¹⁷ Os *Dreamers* (sonhadores) são os imigrantes indocumentados que chegaram aos Estados Unidos ainda crianças/jovens e que são protegidos pelo decreto conhecido como DACA, criado por Barack Obama em 2010. Trata-se de um programa que concede vistos de estadia e de trabalho pelo período de dois anos com possibilidade de renovação a esses imigrantes.

¹⁸ Ver: <https://unitedwedream.org/>

discursos que circulam sobre imigrantes (discursos que constroem visões negativas que os classificam como criminosos e/ou parasitas), contar histórias pessoais que colaborassem com a desconstrução dessas visões caracterizou-se como uma importante estratégia do movimento para dar “um rosto” aos *Dreamers*, ou seja, tirar esse grupo de jovens da esfera dos números e pessoalizar a questão. Esse tipo de ação poderia mobilizar atos legislativos a favor desse grupo. No caso das participantes da Rede de Movimentos e Comunidades contra a Violência, são as histórias que constroem a luta das mães, isto é, o ato de narrar é a maneira como essas mulheres lutam por justiça, a narrativa é, pois, a ferramenta utilizada pelo movimento social para fazer suas demandas na esfera pública.

Em termos dos efeitos discursivos produzidos pelas narrativas de engajamento, entendo que, quando Fátima, Ana Paula e outras mães participantes de movimentos sociais narram suas experiências, elas resistem ao racismo e aos discursos hegemônicos sobre as vítimas de violência policial. E se reexistir faz referência à desestabilização de discursos já cristalizados na sociedade (SOUZA, 2011), as mães reexistem na medida em que ressignificam a morte de seus filhos. Suas histórias se tornam práticas de reexistência que produzem os seguintes efeitos discursivos: desbanalizam as mortes ocorridas na favela, retirando-as da esfera das estatísticas; e atribuem um rosto às consequências do racismo, o que colabora com a humanização das vítimas. Assim, essas mortes deixam de ser concebidas como números ou como casos isolados de mau comportamento de um oficial da corporação e se tornam uma ilustração da lógica necropolítica de atuação do sistema, que perpetua relações de opressão e legitima o genocídio do povo negro sob a bandeira da dita “legítima defesa”.

A permanência na luta por justiça, mesmo quando o caso já foi arquivado indicia a luta dessas mulheres como práticas de esperança (CRAPANZANO, 2013), como uma ferramenta para sobreviver à violência policial e sustentar o ativismo.

Nesse cenário de luta o Estado emerge como algoz dessas mulheres, o responsável pelo sofrimento delas, mas também figura nas narrativas como a instituição responsável pela reparação. No meu entendimento, culpar o Estado e demandar dele a reparação representa mais uma esfera da tentativa de (des)banalizar as mortes nas favelas. Pois, enquanto ente culpabilizado pelas altas estatísticas de letalidade policial, mas instituição também responsável pela reparação da dor das mães aqui

retratadas, o Estado é “forçado” a reconhecer o problema e, por que não, a projetar mudanças. É nisso que reside a força da luta dessas mulheres.

Agradecimentos

Agradeço aos familiares e apoiadores que integram a Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência e o movimento social Mães de Manguinhos. Às mães, meu muito obrigada pelo acolhimento, por me ensinarem os significados da luta por um mundo mais justo e me permitirem lutar ao lado de vocês.

Este trabalho foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Referências

ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. Introduction. In: ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. (eds.). *Language and the politics of emotion*. New York: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23.

ARAÚJO, E. P. BIAR, L. de A.; BASTOS, L. C. Engagement in social movements and the fight for justice: a study on the narratives of black mothers. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 59, n. 3, p. 1690-1709, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318138361811120201113>

ARAÚJO, E. P. A ressignificação do estigma como um ato de resistência no movimento de mães contra a violência policial. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v.25, n.1, p. 54-77, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.34019/1982-2243.2021.v25.33753>

ARAÚJO, E. P. Cada luto, uma luta: narrativas e resistência de mães contra a violência policial. 2021. 258f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021b.

BASTOS, L. C. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA*, São Paulo, v. 31, p. 97-126, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>

BIAR, L. A.; ORTON, N.; BASTOS, L. C. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 21, n. 2, p. 231-251, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210205-2920>

BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da violência – 2017. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>. Acesso em: 13 jun. de 2018.

CRAPANZANO, V. Reflections on Hope as a Category of Social and Psychological Analysis. *Cultural Anthropology*, Hoboken, v. 18, n. 1, p. 3-22, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1525/can.2003.18.1.3>

DE FINA, A. *Identity in narrative: A study of immigrant discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

DE FINA, A. Biography as Political Tool: The Case of the Dreamers. In: RHEINDORF, M.; WODAK, R. (eds.). *Sociolinguistic Perspectives on Migration Control*. Bristol: Multilingual Matters, 2020. p. 64-85.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. Londres, Nova York: Longman, 1989.

FARIAS, J. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão das populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

JASPER, J. *The Art of Moral Protest: Culture, Biography, and Creativity in social Movements*. Chicago: Chicago University Press, 1997.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p.201-240.

LINDE, C. *Life Stories: the creation of conference*. Nova York: Oxford University Press, 1993.

LODER, L. L.; JUNG, N. M. (orgs.) *Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica*. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MISHLER, L. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: L.P. da MOITA LOPES; L.C. BASTOS (orgs.). *Identidade: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras/CNPQ, 2002. p. 97-119.

- MISSE, M. (org.). 2011. *Autos de Resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflitos e Violência Urbana, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Mimeo. 138p.
- ORTON, N. “Mitos”, “verdades” e o papel da Linguística Aplicada na Contemporaneidade. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, v. 60, n. 2, p. 455-466, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318131010071620210524>
- PAIVA, A. R. Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais. *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, Rio de Janeiro, n.12, p. 29-42, 2013.
- RIESSMAN, C. K. *Narrative analysis*. Newbury Park, CA: SAGE Publishings, Inc, 1993.
- SCHERERWARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SIMONS, H.; PIPER, H. Questões éticas na geração de conhecimento público. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (orgs.). *Teoria e métodos de Pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 56-65.
- SOUZA, A. L. S. *Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop*. São Paulo: Editora Parábola Editorial, 2011.
- SUGIURA, L; WILES, R; POPE, C. Ethical challenges in online research: Public/private perceptions. *Research Ethics*, Preston, v. 13, n. 3-4, p. 184-199, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1747016116650720>
- TANNEN, D. *Oh talking voice that is so sweet: constructing dialogue in conversation*. Talking voices. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TELLES, V. da S. Sociedade Civil e a construção dos novos espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: política e a sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p.60-92.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOURAINÉ, A. *Pensar outramente*. Petrópolis: Vozes, 2007.